

UM DISCURSO

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Por incrível que pareça, o sr. Presidente da República, numa reunião do ministério, pronunciou um severo discurso firmando a posição do governo em face das próximas eleições e ameaçando todos aqueles que, com as armas do empreguismo e da manipulação de verbas tentaram intervir no pleito e toldar-lhe a pureza. "Não haverá complacência com a corrupção" e "devemos ser rigorosos e vigilantes no que se refere à não intervenção do governo no processamento eleitoral" disse o sr. Juscelino Kubitschek pela voz do Brasil, que ainda existe para a exclusiva propaganda de uma facção, por onde se vê que na própria hora em que falava e no próprio instrumento que usava já havia uma cômica contradição entre a palavra e os atos do Presidente. Baixou depois um decreto, pelo qual "ficam vedadas, no serviço público civil da União e dos Territórios, até 3 de outubro do corrente ano, nomeações ou admissões de qualquer natureza ou categoria, remunerados à conta de verbas especiais ou globais".

Muito bem, Temos apregoada a austeridade do dia, ou da semana, mas agora perguntamos: contra quem foi pronunciado o discurso e lavrado o decreto? Quem andará por aí a usar prestígio para fins eleitorais? Quem, por exemplo, por favoritismo de caráter nitidamente eleitoral, terá beneficiado o prefeito de Porto Alegre em detrimento dos interesses do Estado do Rio Grande e das demais prefeituras do país? Fui eu? Foi a oposição? Terá sido o sequestrador do menino Sergio? Todo o país sabe hoje que fo io próprio governo, por meio dos próprios instrumentos oficiais, que tentou apresentar o governador do Rio Grande do Sul como um dirigente inoperante e desinteressado do progresso de seu Estado. Aproveitando a prodigiosa complicação do aparelho administrativo do país, numa intriga que em qualquer lugar do mundo bastaria para desmoralizar definitivamente o governo, os líderes interessados no desprestígio do governador do Rio Grande do Sul conseguiram cancelar as licenças e as autorizações há dois anos pleiteadas e já obtidas pelo governo estadual para importação das maquinas indispensáveis ao desenvolvimento do Estado. E ao mesmo tempo, com um acinte que clama aos ceus, foi concedido ao sr. Brizola, cunhado da Vice-presidência e prefeito de Porto Alegre tudo o que precisava para a propaganda de seu grupo. Não será isto uma "intervenção do governo no processamento eleitoral?" E quem a denuncia não é um jornal da oposição, não sou eu, não é a UDN. A denúncia foi feita com a solenidade de um mandado de segurança impetrado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, e agora foi reforçada pelo deputado Godoy Ilha, líder pedessidista e amigo pessoal do sr. presidente da República.

E então? Como se explica o discurso do sr. Presidente e como se deve interpretar a subita austeri-

dade improvisada naquela reunião ministerial?

Custa-me crer que o discurso do Presidente seja uma pilheria ou uma farsa como já tem sido classificado por algumas das veementes vozes da oposição. Apesar do juízo relativamente pouco lisonjeiro que tenho dos homens da situação, a começar pelo Presidente, custa-me realmente aceitar a hipótese da empulhação praticada com piscadelas de olho entre comparsas de uma prodigiosa mistificação. Tal tipo de molecagem, ou de outra coisa que tem a mesma rima mas ainda não tem ingresso no vocabulário jornalístico, parece-me incompatível, já não digo com a egolatria que tão visivelmente irradiam as figuras de nossos atuais dirigentes. Na falta da retificação operada pelas virtudes, os próprios defeitos da classe, a obesidade espiritual dos homens importantes, o desvirado culto de si mesmo e os demais traços que costumam compor a fisionomia dos bem sucedidos deveriam bastar, a meu ver, para impedir a manifestação grotesca da pura palhaçada. Mas os fatos estão aí a exigir uma adequada interpretação. E os fatos são estes: quinze dias atrás o governo intervem brutalmente, grosseiramente, no processo eleitoral do Rio Grande do Sul, arrostando a opinião pública com a manipulação de licenças de importação; e agora, pela voz do Brasil, esse mesmo governo anuncia que "não haverá complacência com a corrupção" e clama que "devemos ser rigorosos e vigilantes no que se refere à não intervenção do governo no processamento eleitoral". Não deixa de ser estranha, independentemente de qualquer fato anterior, essa severidade do governo aplicada a um tipo de falta ou de crime que só o governo pode cometer. Já haveria falta de lógica interna no discurso do Presidente ainda que não existisse o caso Brizola e o mandado de segurança impetrado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Existindo o caso e o mandado, então passamos do ilogismo para a desvirada lcuçura ou para coisa muito pior que não ousu admitir.

No capítulo do empreguismo, que chegou a merecer um decreto, não é menor e menos compreensível a incoerência governamental. Todo o mundo sabe que no regime de concentração de poder que sofremos as nomeações, em sua grande maioria, emanam do próprio centro do governo. Por que então decretar proibições enfáticas daquilo que é específico do mesmo que decreta, daquilo que só ele tem poder de efetivar. E também aqui o ilogismo se transforma em coisa mais grave quando lembramos o caudal de nomeações recentes assinadas pelo mesmo presidente ou por seus próximos auxiliares. Dizem que só na semana passada foram feitas 596 nomeações. Na Prefeitura do Distrito Federal distinguiram-se por seu peculiar caráter as nomeações assinadas pelo sr. Negrão de Lima, entre as quais destacamos as seguintes: em primeiro lugar vem o conhecido ve-

reador Paes Leme, que se bateu como um paladino pela aprovação da famosa lei 899, que deu ao Prefeito enormes recursos financeiros até hoje não aplicados. O sr. Paes Leme foi nomeado Procurador da Prefeitura com vencimentos oficiais de quarenta e sete mil cruzeiros. Paulo Rocha Lagoa, jovem e esperançoso filho do ministro Rocha Lagoa, que por curiosa coincidência é Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, foi nomeado advogado da Prefeitura com ordenado de quarenta e sete mil cruzeiros para começo de carreira. Um genro do sr. Filinto Muller foi nomeado Delegado Fiscal da mesma abastada Prefeitura, cumprindo observar aqui — outra curiosa coincidência — que o sr. Filinto Muller é líder da maioria do Senado e que esse mesmo Senado é quem aprecia e julga os vetos do sr. Prefeito. Foi também nomeado para o cargo de Delegado Fiscal um secretário particular do sr. João Goulart. Vice-presidente da República e Presidente do mesmo Senado. E o resto está no Diário Oficial do dia 14 do corrente.

E então? Torno a perguntar qual será o sentido, qual deve ser a correta interpretação do discurso presidencial, difundido pela Voz do Brasil. Parte da explicação talvez esteja na própria Voz do Brasil, isto é, no fato do governo ter à sua disposição os tremendos recursos de propaganda que são negados à oposição. Esse privilégio certamente incute nos homens da situação um sentimento de absoluta e confortável segurança. Com tal conforto, dispensa-se a lógica e a coerência moral. E pode-se então mentir com soberana tranquilidade, e pode-se vir à público falar em corrupção e em empreguismo, deixando nos ouvintes anestesiados a impressão de que o pito presidencial se dirige aos homens maus, que os há, que empanam a pureza do atual governo.

x x x

Nesse meio tempo o presidente da República recebeu, com muito agrado, a visita do alfaiate Litrico. Estiveram horas a conversar de calças, de pregas e de babados. O Presidente, encantado com a eloquência do italiano, mostrou seu guarda-roupa e pediu conselhos; mas o auge da alegria presidencial foi atingido no momento em que o alfaiate, inspirado, falou em Brasília e disse que Roma tinha sido feita por Romulo, e que Brasília era obra de Kubitschek. E com tal graça pronunciava o italiano o nome do construtor de Brasília que lhe foi reclamada a repetição. A cada pessoa nova que aparecia na sala o Presidente pedia ao alfaiate que repetisse a piada de Romulo e de Kubitschek. Perguntou também se era verdade a história do casamento feito para Kruschew. "Se Você voltar à Rússia dê lembranças ao Kruschew e diga-lhe que simpatizo com ele..."

E eis aí, descoberto pelo bom alfaiate, o que nos deve consolar de tudo: Roma foi feita por Romulo, e Brasília por Kubitschek.